

CONTRA O TERRORISMO DE ESTADO SOLIDARIEDADE INCONDICIONAL A CESARE BATTISTI

NOTA POLÍTICA

Diante do sensacionalismo com que a mídia trata o caso de Cesare Battisti – não apenas um ex-militante dos PAC (Proletários Armados pelo Comunismo), mas também um proeminente escritor e um incansável denunciador das atrocidades do sistema jurídico-penal da Itália neofascista da década de 1970 – torna-se obrigatório a qualquer proletário/a com consciência de classe explicar as causas que tornam exemplar o tipo de perseguição encarniçada que ele vem sofrendo há 40 anos. Além disso, devem ser expostas as perigosas implicações e paralelos com a atual situação política brasileira.

Na Itália dos anos 1970, milhares de jovens enfrentaram o terrorismo de Estado com métodos que incluíam a luta armada, reagindo de forma organizada às ações da direita que lhes colocou contra a parede e lhe deixou as opções: *resistência ou aniquilação*. Combateram as forças terroristas estatais e paraestatais da conhecida “Operação Gladio”, que combinava desde o final da Segunda Guerra: Direita Institucional, Exército, Igreja (Vaticano), Máfia e Empresas, ilimitadamente apoiados pelos EUA e OTAN. Independente de análises políticas, estratégicas ou táticas que se possa fazer sobre as lutas do proletariado italiano dos anos 1970, não se pode deixar de valorizar a atitude corajosa e abnegada de toda uma geração de jovens que arriscaram tudo na resistência ao neofascismo, que continuava o terror agora sob regime democrático.

Assim, quem se basear em investigações sérias e com mínima isenção, e não em canais midiáticos oficiais de linchamento de classe, não terá dúvidas de que lado ficar. A solidariedade prática que devemos prestar a Battisti independe da sua responsabilidade direta ou indireta nos crimes a ele imputados, mesmo após suas recentes declarações em que supostamente assume a própria culpa – confissão feita estando ele inteiramente a disposição de seus carrascos e perseguidores por mais de quatro décadas. Cabe perguntar: por que não a fez antes? Mesmo aqueles movidos por um pacifismo ingênuo ou covarde, que pretendem condicionar a solidariedade a Battisti ao fato dele ser inocente, podem encontrar literatura de qualidade e fundada sobre documentos e provas que comprovam a imensa farsa jurídica em que Battisti foi enredado.

Uma conclusão correta sobre este caso exige entender o significado do conceito de **Terrorismo de Estado**. Ações que poderiam ser vistas como excessos de alguns membros do aparelho repressivo do Estado são, na verdade, o resultado de um sistema definido, previamente organizado e incentivado desde a própria estrutura do poder. Isto significa que a prática do terrorismo deixa de ser exclusiva de grupos minoritários fanáticos contra as grandes nações. Implantar terror entre as populações é também um instrumento de expansão/dominação imperialista. Nesse sentido, os EUA são o maior Estado Terrorista do mundo, pois sua capacidade de realizar destruição é muito maior do que ações terroristas de pequenos grupos. A modalidade estatal de terrorismo é muito mais eficiente do que a destruição impetrada por formas civis de terror. Todo programa estatal “antiterror” é o programa institucional de Terrorismo de Estado, tendo na Grande Mídia seu órgão legitimador e disseminador. Qualquer semelhança com a Lei Antiterrorismo do governo Dilma/PT/PCdoB aprovada em resposta aos levantes do Primeiro Junho de 2013 e das manifestações contra a Copa do Mundo em 2014, e deixada como herança política ao atual Governo, não é mera coincidência.

Terrorismo de Estado é uma estratégia de imposição sistemática do terror sobre a população de um Estado como estratégia política. Portanto, é terrorista todo Estado que ultrapassa a lei em termos de repressão e passa a se valer de “métodos não convencionais”, extensivos e intensivos, para aniquilar a oposição política e o protesto social, armado ou desarmado. Para atingir seu objetivo de generalizar o medo tais “métodos não convencionais” incluem: a) clandestinidade, anonimato e onipresença do aparato repressor; b) campanhas de difamação apoiadas pela grande mídia; c) prisões arbitrárias; d) processos e julgamentos forjados; e) tortura; f) sequestros e desaparecimentos; g) assassinatos em massa; h) violência irradiada.

Na luta de classes, o Terrorismo de Estado tem inúmeros impactos e funções. Primeiro, a “função pedagógica” de combater resistências, criar uma “cultura do medo”, gerar imobilismo e passividade. Segundo, amplia as possibilidades de cooptação ao converter posturas inertes em colaboracionismo ativo por meio de “vantagens” (proteção, favores, emprego e incentivos econômicos diversos). Terceiro, gera impactos psicológicos em escala social. Mas, principalmente, **destrói a solidariedade** de classe ao interromper a possibilidade de transmissão geracional das experiências organizativas, de consciência de classe e de luta política ativa e coletiva. Nunca se pode esquecer que o Terrorismo de Estado não se restringe a regimes ditatoriais ou ditos “totalitários”. Trata-se de uma modalidade específica de violência de classe amplamente utilizada nas democracias dos mais variados matizes políticos.

Todos estes elementos se encontravam na Itália em que atuaram os Proletários Armados pelo Comunismo, entre outros grupos. Com alguns agravantes: na Itália atuavam indivíduos e organizações remanescentes do fascismo, inclusive em cargos na alta Magistratura; foram recuperadas leis da ordem jurídica da época de Mussolini, e, combinado a isso, o stalinismo em ascensão ligado ao Partido Comunista Italiano (PCI), que reforçava o caráter autoritário e persecutório do Judiciário e demais instituições estatais. A esquerda autonomista e comunista não bateu de frente apenas com neofascistas, mas também contra o reformismo, o parlamentarismo e outras práticas oportunistas da esquerda tradicional, especialmente do PCI.

Temos assim o perfil do judiciário italiano: a) combinava o pior de dois mundos: fascismo e stalinismo; b) sustentado e sustentando organizações paraestatais que fomentavam o verdadeiro terrorismo via os chamados “estragos” (atentados a bomba que mataram e feriram centenas de pessoas em inúmeras cidades italianas); c) que se saiba, com pouquíssimas condenações de neofascistas ou ainda a cumprir pena mesmo com provas e evidências sobre a autoria de tais atentados; d) raros foram os processos abertos contra indivíduos e organizações fascistas e, quando isto ocorria, logo eram encerrados por “falta de provas”.

Por outro lado, por 40 anos o Estado italiano manteve a perseguição internacional a Battisti, em uma trama que envolveu ao menos Itália, França, Brasil e, recentemente, Bolívia – que o entregou sem vacilar à INTERPOL italiana, revelando mais uma vez o caráter de classe antiproletário do tal “Socialismo do Século XXI”. Tudo sob a alegação de Battisti ter supostamente participado do assassinato de quatro pessoas, todos representantes das forças repressoras estatais, paraestatais ou de grupos paramilitares neofascistas, que conjugavam pequenos-patrões e elementos do *lumpensinato* (setores sociais degenerados onde eram recrutados homens que nada tinham a perder), em um contexto de luta política feroz. Crimes que o escritor italiano negou até recentemente, sobre os quais foi julgado à revelia sem uma prova objetiva, apenas as ditas “delações premiadas” (sistema em que o Estado italiano oferecia recompensas a militantes “arrepentidos” que negassem politicamente a luta armada e fossem além, entregando seus ex-camaradas de luta).

A prisão de Battisti no Brasil em 2007, mostrou que o judiciário brasileiro aprendeu lições com o italiano. Um conjunto de medidas absurdas foram aplicadas contra ele. O fato de que a Operação Mãos Limpas italiana serviu de inspiração aos operadores jurídicos que criaram a Operação Lava-Jato – em especial confundir repressão a crimes com supressão de direitos civis e políticos fundamentais – já nos é revelador e ainda não foi devidamente estudado.

A situação se agravou com a recente eleição presidencial, que colocou a frente do Executivo um grupo herdeiro do pior militarismo, treinado nos tempos do macarthismo, gestado nos porões da Ditadura Empresarial-Militar de 1964 e ligado organicamente às milícias cuja ação mais famosa foi o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. Antes da eleição presidencial haviam negociações intensas entre Jair Bolsonaro e o vice-primeiro-ministro da Itália, Matteo Salvini, para que Battisti fosse entregue à extrema-direita, mais uma vez no poder de Estado, em troca de “apoio moral” e outros pontos não revelados.

Após a prisão de Battisti na Bolívia em janeiro deste ano, Sergio Moro, já na condição de Ministro da Justiça de Bolsonaro, tomou a iniciativa de rever o Tratado de Extradicação com a Argentina do direitista Maurício Macri. Por meios totalmente democráticos, via diplomacia entre presidentes eleitos legitimamente, deu-se um passo para ressuscitar a Operação Condor (articulação internacional entre as ditaduras latino-americanas, com apoio logístico e financeiro da CIA, para perseguir e assassinar militantes de esquerda e personalidades dissidentes), agora sob a luz do dia e sem nenhum pudor. Processo que possivelmente ainda não avançou devido às presepadas diárias que o atual governo brasileiro vem realizando.

Some-se a isso a recém liberação da comercialização de armas, via decreto. Membros do Governo alegam que a ideia do Decreto não é armar toda a população, mas apenas “grupos específicos da sociedade”. Ou seja: o Decreto visa armar legalmente os setores potencialmente reacionários da pequena e média propriedade rural e urbana, setores civis da segurança pública, militares à paisana e outros grupos que terão por objetivo a defesa particular da propriedade privada dos meios de produção. Se cogita até legalizar assassinatos no campo em casos de “invasão de terras”. Ou seja, pessoas com o mesmo perfil dos “Torregianis”, “Santoros” e “Sabbadinis”, representantes do neofascismo italiano abatidos pelos PAC.

Alertamos que está em gestação (ou em aprimoramento) um grande aparato repressivo que envolve instituições estatais, empresariais, civis, militares e paramilitares em escala nacional e internacional (dadas as atuais relações entre a extrema-direita brasileira com a italiana, as latino-americanas, com o Estado de Israel e os EUA de Trump). Tal aparato ainda não está em uso direto e em escala porque o proletariado organizado encontra-se totalmente fora da cena pública da política, mas já estará estruturado quando isto vier a ocorrer.

Por tudo isto, nos colocamos e chamamos o conjunto do proletariado para reforçar os laços e iniciativas práticas de solidariedade a Césare Battisti. Não adotamos a política de considerar “heróis” quem integrou os exércitos nacionais que lutaram contra os regimes nazifascistas dentro da geopolítica das guerras imperialistas mundiais, ao mesmo tempo em que considera “terroristas” quem luta contra os neofascistas, dentro das democracias contemporâneas, a partir de uma consciência de classe!

Entendemos as motivações profundas de membros do atual governo brasileiro, incluindo o presidente, que os levam a exaltar genocidas como Pinochet, torturadores como Brilhante Ustra e a Ditadura de 1964 – querendo transformá-la em data comemorativa! Tanto eles como nós sabemos que o inimigo real do capitalismo não são os fascistas, mas o proletariado organizado e em luta.■

Março, 2019

**NEM PARLAMENTO, NEM SINDICATO
PELA AUTONOMIA DO PROLETARIADO**

ORGANIZE-SE NO BCAP!
bcap@riseup.net